



SANDRA APARECIDA PAULINO

O COGNITIVO E O AFETIVO PRECISAM ESTAR SEMPRE JUNTOS PARA O SUCESSO DA APRENDIZAGEM.



LANÇAMENTOS



Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Aline Lima Carvalho
- Aline Lopes de Sousa Silva
- Ana Kátia de Souza Pessoa
- Bruno Fragoso Watanabe
- Cibele Vieira dos Santos Alves
- Eliane Cristina Bulgan Borges
- Elisângela Oliveira Silva
- Geni Santana Cardoso
- Ilda Helena Domiciano Paukoski
- Ismenia Maria Pires Vaz
- Jonatas Hericos Isidro de Lima
- Maria Dalva Lima de Sousa
- Manuel Francisco da Silva e Delson da Conceição Miguel
- Maria Goreth Bueti Nhuca
- Marilene Pereira da Silva
- Maura Antônia Lima
- Patrícia Herminio da Silva
- Silvana Trindade de Azevedo
- Solange Alves Gomes Zaghi
- Vânia Regina Dias dos Reis Silvas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 33 (out. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

158 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.33>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Denise Mak
Isac dos Santos Pereira
Patrícia Tanganelli Lara
Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva
Prof. Doutorando Isac dos Santos Pereira
Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 98031-7887
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação. É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



Platform & workflow by
OJS / PKP



Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof^a. Dra. Andréia Fernandes de Souza

12 DESTAQUE

PROF^a. SANDRA APARECIDA PAULINO

UMA PROFESSORA PRÁ LÁ DE ESPECIAL UMA EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO: ALUNO X FAMÍLIA X PROFESSORA

COLUNAS

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. PSICOPEDAGOGIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM NO CONTEXTO EDUCACIONAL
Aline Lima Carvalho 17
2. A PRÁTICA DA MOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Aline Lopes de Sousa Silva 23
3. EJA A DISTÂNCIA: UMA JANELA QUE SE ABRE QUANDO O GOVERNO FECHA PORTAS
Ana Kátia de Souza Pessoa 29
4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E SEUS BENEFÍCIOS SOCIAIS
Bruno Fragoso Watanabe 39
5. AS INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS
Cibele Vieira dos Santos Alves 43
6. AMPLIAR A AUTOESTIMA E DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM TEA
Eliane Cristina Bulgan Borges 51
7. AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
Elisângela Oliveira Silva 59
8. O QUE BEBÊS E CRIANÇAS FAZEM NO BERÇÁRIO
Geni Santana Cardoso 71
9. A ARTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA VIDA DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO
Ilda Helena Domiciano Paukosk 75
10. DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM
Ismenia Maria Pires Vaz 81
11. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS PERSPECTIVAS PARA ALÉM DA SALA DE AULA
Jonatas Hericos Isidro de Lima 87
12. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Maria Dalva Lima de Sousa 93
13. EXERCÍCIOS PARA CONTRIBUIR NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA SOMA DOS TERMOS DE UMA PROGRESSÃO GEOMÉTRICA NA 11ª CLASSE DO COMPLEXO ESCOLAR DO ENSINO ESPECIAL Nº 5.116 "MANUEL PEDRO PACAVIRA" DE NDALATANDO
Manuel Francisco da Silva / Delson da Conceição Miguel 103
14. RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
MARIA GORETH BUETI NHUCA 113
15. A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO BÁSICO
Marilene Pereira da Silva 119
16. GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES
Maura Antônia Lima 125
17. O OLHAR DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Patrícia Herminio da Silva 131
18. AS HISTÓRIAS E OS CONTOS DE FADAS NO UNIVERSO INFANTIL
Silvana Trindade de Azevedo 137
19. DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR
Solange Alves Gomes Zagh 143
20. AS TECNOLOGIAS E AS PRÁTICAS NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
Vânia Regina Dias dos Reis Silva 149

EJA A DISTÂNCIA: UMA JANELA QUE SE ABRE QUANDO O GOVERNO FECHA PORTAS

ANA KÁTIA DE SOUZA PESSOA

RESUMO

Tendo em vista a falta de vagas nas escolas da rede oficial de ensino no Brasil – para que jovens adultos, que não puderam frequentar a escola, possam terminar seus estudos e fazerem jus aos certificados de conclusão do Ensino Fundamental e Médio – o presente estudo, por meio de pesquisa bibliográfica e em especial da análise da legislação específica sobre a EAD, tenta responder se seria a educação a distância uma alternativa para dar acesso à educação. Para tanto, serão estudados autores como Alves (2009), Mota (2016) e Brasil e Osterne (2018), além de serem analisados dados sobre o impacto da falta ou da baixa escolarização na vida dos brasileiros. Apontar caminhos que possam contribuir para solucionar o problema da baixa escolarização é importante tanto para a pessoa que foi alijada de seu direito de estudar como para a nação, que precisa de pessoas bem formadas, aptas a ocupar diversos cargos, alavancando a economia e produzindo conhecimento. Por isso é importante indagarmos em que medida a educação a distância pode atender a um grande número de pessoas e, ao mesmo tempo, dar a estas uma formação de qualidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Acolhimento. Educação a Distância. Educação de Jovens e Adultos. Oportunidade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar se a EAD (Educação a Distância) ajudaria a sanar o problema da falta de vagas na EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Brasil, já que a oferta de vagas nesta modalidade de ensino vem caindo ano a ano e, muitas pessoas não conseguem terminar seus estudos, obtendo a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

De um lado, temos a justificativa do governo de que não há procura por vagas nesta modalidade de ensino, fazendo que salas de aulas sejam fechadas. De outro lado, temos a justificativa dos alunos, que dizem não conseguir frequentar estas salas por motivos que vão desde a localização das escolas, na maioria das vezes distante dos locais onde trabalham, até mesmo a conciliação da rotina de estudos com a vida familiar. Achar uma solução para este problema é de suma importância, uma vez que a Educação faz parte dos direitos fundamentais do ser humano e, a baixa escolarização da população afeta a economia e desenvolvimento do país.

Este artigo explanará como a oferta de vagas na EJA vem caindo com o passar dos anos e, como entidades da sociedade civil tem atuado, tentando amenizar a falta de vagas nas salas de alfabetização formais, dando como exemplo alguns dados da Cidade de São Paulo.

Meu interesse pelo tema se dá porque antes de ser professora da rede formal de ensino, já participei como coordenadora voluntária de um projeto de alfabetização na zona sul de São Paulo, acompanhando 10 salas de aula em espaços como associação de moradores, abrigos para moradores de rua, garagens, salas de estar, casa de cultura e associação de atendimento à mulher. Percebi nesta época que salas de aula eram abertas em espaços alternativos, como medida de tentar alfabetizar pessoas que não conseguiam ser atendidas em seu direito de estudar pelo Estado.

REFERENCIAL TEÓRICO

As vagas para se estudar na EJA vem diminuindo a cada ano em todo país e, no Estado de São Paulo o fechamento de salas da EJA também foi expressivo, seguindo a tendência do que acontecia em outras cidades em seu entorno e no resto do país. Em 2010, o governo argumentou que o fechamento de vagas na EJA se deu pela falta de procura por parte dos alunos, que fez com que não se formasse

turmas e consequentemente as salas fossem fechadas. Segundo o governo, talvez essa falta de procura se deve pela alteração da idade para se frequentar o EJA, aprovada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) que determinou que os jovens em vez de 15, deveriam ter no mínimo 18 anos para ingressar no ensino supletivo:

“O CNE relembra as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, em que a idade inicial para matrícula nos cursos de EJA é a partir de 15 anos para o ensino fundamental e a partir de 18 anos para o ensino médio, em consonância com a disposição da LDB, que aponta essas mesmas idades mínimas para a realização dos exames ditos supletivos. E segundo argumentos que considera relevantes para tratar a matéria idade, o novo Parecer promove a alteração da idade mínima para início dos cursos de EJA para 18 anos, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, e solicita ao Ministério da Educação que envie projeto de lei para o Legislativo, preconizando a mesma alteração na LDB, da idade para os exames ditos supletivos. Os argumentos passam pela alegação de juvenilização da EJA, o que evitaria, no entender do CNE, uma “migração perversa” do ensino sequencial regular para a EJA e a compatibilização do conceito de jovem entre a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Observe-se que o texto que subsidiou o debate nas audiências propõe a alteração da idade para 18 anos, quer se trate de ensino fundamental ou de ensino médio, sem distinção. O Parecer ainda 3 recomenda o estabelecimento do “ano de 2013 como data para finalização do período de transição, quando todos os sistemas de ensino, de forma progressiva e escalonada, atenderão na EJA, apenas os estudantes com 18 (dezoito) anos completos”. (CNE, 2010)

É muito importante definir a idade certa para se ingressar na EJA, para que esta modalidade de educação não se torne um caminho “mais fácil” para os jovens concluírem seus estudos. Também é muito importante que se aumente a oferta de vagas nesta modalidade de ensino, para que as pessoas possam concluir seus estudos. Antes desta decisão do CNE, era preciso ter 15 anos para ingressar no Ensino Fundamental e 18 anos para ingressar no Ensino Médio, como preconizava a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação). No entender do CNE, a idade de 15 anos entrava em conflito com o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), que dizia que juventude começava aos 18 anos. A Educação é um direito fundamental do ser humano e, todos precisam ser alfabetizados e conseguir seus diplomas de conclusão de estudos. Na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, na Seção que pactua a educação como direito de todos, temos a seguinte redação:

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

Seção I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). (BRASIL, 1988, p. 124)

A Educação que é um direito do cidadão deve ser fornecida pelo Estado, portanto as vagas na EJA precisam ser ampliadas para que as pessoas tenham acesso à escola e, aos conhecimentos por ela passados, além dos diplomas por ela concedidos, são cruciais neste momento de desemprego que assola o país. Uma boa escolarização ajuda muito na hora de se conseguir uma recolocação profissional.

No Portal da Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo do ano de 2019, temos a seguinte informação sobre a matrícula no EJA:

“A Rede Municipal de Ensino (RME) está com matrículas abertas para turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). São 204 unidades

educacionais, em todas as regiões da cidade de São Paulo, que oferecem atendimento para adultos e jovens acima de 15 anos que não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na idade convencional.” (RME, 2019)

Realmente, é muito importante que a EJA seja ofertada em todas as regiões da cidade de São Paulo, dando oportunidade às pessoas conseguirem frequentar a escola. Quando não há uma oferta desta modalidade de ensino em todas as regiões da cidade, fica muito difícil para as pessoas conseguirem conciliar trabalho e outras obrigações diárias com o estudo. No ano de 2019, a Secretaria Municipal de Educação ofertou salas de EJA em 204 unidades educacionais, uma sala a menos que no ano de 2018 onde eram 205 em um total de 1.508 unidades geridas pela secretaria, voltadas desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Neste contexto, a região da Capela do Socorro, localizada na zona Sul da Cidade de São Paulo, por exemplo, possui no ano de 2019 somente 14 escolas oferecendo EJA, em um universo de 113 escolas na região. Na Cidade de São Paulo, a EJA é ofertada da seguinte forma:

“É possível cursar a EJA em Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM) nas modalidades EJA Regular e EJA Modular ou nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA). Em todos os casos, o curso é presencial e tem duração de quatro anos.

O EJA Regular é oferecido no período noturno, cinco vezes por semana, com 4 horas diárias. A formação é dividida em quatro etapas: Alfabetização (dois semestres), Básica (dois semestres), Complementar (dois semestres) e Final (dois semestres). Cada etapa tem duração de 200 dias letivos.

O EJA Modular apresenta uma adequação dos componentes curriculares obrigatórios que são organizados em quatro módulos de 50 dias letivos e também em atividades de enriquecimento curricular. Os módulos são independentes, não sequenciais e se desenvolvem em encontros de 2h15m, cinco vezes por semana, além de atividades optativas, com duração de 1h30, para enriquecimento curricular. Nos CIEJAs o atendimento ocorre em três períodos (manhã, tarde e noite) em até seis turnos diários. Os encontros acontecem cinco vezes por semana e possuem 2h15m de duração. O curso é estruturado em quatro módulos, com duração de um ano cada. A formação articula em seu Projeto Político Pedagógico o currículo do Ensino Fundamental e qualificação profissional inicial.” (RME, 2019)

É muito importante que a oferta da EJA aconteça em horários diversos durante o dia e, em formatos diferentes, para que o estudante possa escolher o que melhor se adapta a sua rotina. Esta flexibilidade faz com que haja um maior número de alunos matriculados nesta modalidade de ensino e, uma menor evasão escolar. Para tentar ajudar os alunos que precisam ser alfabetizados e que não conseguiram frequentar a EJA, seja por falta de vagas nesta modalidade de ensino ou mesmo pela dificuldade de conciliar trabalho com o horário das aulas, etc; foram surgindo organizações que por meio de convênios com instituições mantenedoras, trabalham com projetos de alfabetização de populações carentes. Um exemplo deste tipo de atendimento é o desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire, criado em 1991, pelo próprio Paulo Freire - Patrono da Educação do Brasil pela relevância de sua obra - transformado em OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e que desenvolve o “Projeto MOVA-Brasil”, sendo este:

“Inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), criado por Paulo Freire, o Projeto MOVA-Brasil tem como finalidades a inclusão social e a garantia do direito humano à educação, a redução do analfabetismo no Brasil, a geração de trabalho e renda e, com isso, contribuir para a construção de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ação pedagógica se desenvolve com base na Leitura do Mundo do(a) educando(a), que busca mapear as situações significativas do contexto em que estão inseridos. Desse processo, surgem os Temas Geradores que orientam a escolha dos conteúdos.” (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2019)

A falta de vagas da EJA na rede pública de ensino, fez com que entidades da sociedade civil comesçassem a ofertar esta modalidade de ensino. Além do Instituto Paulo Freire, outra entidade que também trabalha com alfabetização é a AlfaSol (Alfabetização Solidária), que está definida assim em seu site:

“A AlfaSol é uma organização social, sem fins lucrativos e de utilidade pública que desenvolve ações que visam contribuir com a elevação da escolaridade e ampliar a oferta de Educação Profissional para jovens e adultos. A AlfaSol foi criada em 1996, por Ruth Cardoso, e faz parte da RedeSol, para designar a união das cinco instituições fundadas por valores e propósitos comuns.” (ALFASOL, 2019)

Estes projetos sociais criam salas de alfabetização e ensino para jovens e adultos em espaços alternativos, como salas de associações de moradores, equipamentos culturais, garagens, salas das casas de seus educadores, etc. Assim, a sala de aula se torna de fácil acesso aos estudantes. Um dos projetos mantidos pela AlfaSol é o “EJA 1º e 2º segmentos”, onde:

“A aposta é na continuidade da escolarização de jovens e adultos egressos dos cursos de alfabetização inicial ou que não completaram o ensino fundamental.

O curso tem duração de 24 meses e aponta como pré-condição o alinhamento com a gestão educacional pública em relação à EJA. Além de possibilitar a capacitação dos professores para o aprimoramento da metodologia usada em sala, o curso respeita o conhecimento prévio dos alunos e dialoga com a realidade local.” (ALFASOL, 2019)

Além dos projetos permanentes mantidos pela entidade, ela também trabalha com projetos pontuais firmados com entidades mantenedoras, como a parceria feita em no ano de 2011 com o “Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo” assim definido em sua página na web:

“Somos uma Gestora de Investimentos Sociais que aplica o expertise financeiro e o rigor analítico para selecionar investimentos sociais de resultado.

Um dos nossos objetivos é transformar a cultura de filantropia no Brasil para que ela passe de pontual e amadora e torne-se contínua, profissional e de impacto.

Para isso temos:

A curadoria de grandes gestores financeiros do Brasil, o foco em resultados concretos, replicáveis e de longo prazo e, atenção às demandas sociais mais relevantes para o País.

Trabalhamos para que a próxima geração tenha uma realidade menos desigual e com mais oportunidades do que a nossa.” (INSTITUTO CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO, 2019)

Os custos de se manter uma sala de alfabetização, mesmo com o recursos do trabalho voluntário, pois os alfabetizadores recebem uma ajuda de custo de valor baixo, além de trabalharem em salas emprestadas ou mesmo cederem o espaço disponível em suas casas é caro. Como na escola regular, muitos alunos chegam do trabalho sem ter tido tempo de se alimentar antes da aula, sendo necessário que se ofereça um lanche, por mais simples que seja. Muitos também não podem comprar o material didático para estudar, que é oferecido por estas instituições.

No ano de 2011, a parceria da AlfaSol e do Instituto Hedging-Griffo, abriu 30 salas de alfabetização na zona sul da Cidade de São Paulo, entre os bairros de Capela do Socorro e Campo Limpoque funcionaram por 8 meses. Nesta parceria, era oferecida uma ajuda de custo aos professores alfabetizadores - alguns deles pagavam a mensalidade do curso de Pedagogia com a ajuda de custo recebida - lanche e material didático para os alunos, além de óculos para aqueles que precisassem. As salas de aulas eram criadas em espaços cedidos em associação de moradores, sindicatos, garagens e salas de estar dos professores, etc.

O ensino nestes projetos de alfabetização visava além de ensinar a ler e escrever, preparar as pessoas para prestarem a prova do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos), criado pelo Governo Federal e Ministério da Educação:

“O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, mais conhecido como ENCCEJA 2019 é um programa do governo federal, por meio do Ministério da Educação, que garante o diploma para quem ainda não concluiu o ensino fundamental e médio. Jovens e adultos de todo país podem prestar o exame e garantir um futuro mais promissor com o diploma em mãos. Há alguns anos atrás, para conseguir o diploma o candidato precisava cursar o ENEM.” (ENCCEJA, 2019)

Para que os alunos possam fazer a prova, precisam ter a mesma idade mínima exigida para se matricular nos cursos de EJA, ou seja, 15 anos no mínimo para Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. Além do MOVA-Brasil e da AlfaSol, existem muitas outras entidades cuja missão é a alfabetização de pessoas que não puderam estudar. Mesmo assim, elas não conseguem suprir a falta de vagas do Ensino de EJA na rede oficial de Ensino - que inclusive certifica seu aluno no final do curso, não sendo necessário prestar a prova ENCCEJA.

Como em todo trabalho com projeto, há uma data inicial para começar e um prazo previsto para terminar e, quando o projeto não é renovado ou consegue novo financiamento, essas salas de aula de alfabetização são fechadas. Algumas continuam funcionando por conta do trabalho voluntário do professor, que dá as aulas por solidariedade, mas, infelizmente, são poucas pessoas que conseguem manter esse trabalho voluntário sem nenhuma ajuda.

Uma possibilidade de oferecer educação de qualidade, barata e de fácil acesso, para a população que precisa terminar seus estudos seria a Educação a Distância. Não se tem um consenso sobre como começou a educação a distância no mundo, por isso o marco inicial que se tornou referência para a EAD é difundido como o anúncio de um curso pela Gazeta de Boston, na edição de 20 de março do ano de 1728, onde o Prof. Caleb Philipps de Short Hand, oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. Brasil e Osterne dizem que:

“Há autores que apontam como a origem histórica da Educação a Distância alguns compêndios das epístolas de São Paulo para as comunidades cristãs da Ásia Menor, registradas na Bíblia por volta de meados do século I d.C., outros citam manuscritos como as cartas de Platão, sendo a experiência mais antiga de educação a distância. Podemos considerar também, a máquina de impressão inventada por volta de 1450, por Johann Gutemberg.” (BRASIL e OSTERNE, 2018, p. 45)

No Brasil, o marco do ensino a distância se dá no ano de 1904, quando no Jornal do Brasil surge o anúncio de curso por correspondência para datilógrafo. Apesar da educação a distância ter seu marco inicial no Brasil em 1904, somente no ano de 2005, ou seja, mais de um século depois, é definido o conceito do que ela significa oficialmente, por meio do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, onde consta:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” (BRASIL, 2005)

O ensino a distância se propagou e se consolidou com o surgimento da internet. A cada dia, cursos que antes eram apenas na forma presencial migram para plataformas online.

METODOLOGIA

Para se analisar a situação do ensino de jovens e adultos no Brasil e, uma possível solução para a falta de vagas nesta modalidade que impede milhares de pessoas de concluírem seus estudos, adquirindo seus diplomas de conclusão tanto do Ensino Fundamental como do Médio, foi feita uma pesquisa bibliográfica da situação do EJA no Brasil e da educação a distância, com a leitura de reportagens, textos destas áreas e as legislações a elas pertinentes.

Tal pesquisa tinha a intenção de saber se seria possível implementar o EAD na Educação Básica e se, uma vez implantado, ela funcionaria tão bem para ajudar no acesso à Educação Básica como ajudou no acesso ao Ensino Superior. Será que o EAD que chega a cantos tão remotos do Brasil, serviria para incluir pessoas que não tiveram acesso à escola na idade certa?

Com base nos dados coletados, considerações sobre esta possibilidade serão feitas, levantando os prós e os contras que a oferta da Educação Básica a distância pode ter.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta modalidade de ensino, boa parte das salas de aula foram desativadas e literalmente “as portas foram fechadas”. Em contraponto a esta realidade de vagas que foram extintas, ter “uma janela aberta” seria poder estudar a distância, com a ajuda da internet e assim, concluir seus estudos.

Como há poucas vagas na rede oficial de ensino para quem precisa da EJA e, as organizações que trabalham voluntariamente alfabetizando e preparando os alunos para prestarem o ENCCEJA não tem estabilidade para trabalharem, já que dependem de financiamento externo, “abrindo e fechando as portas de suas salas de aula”, uma solução que poderia solucionar este problema ou ao menos amenizá-lo, seria a oferta de cursos EAD para o Ensino Fundamental e Médio. Sobre a EAD, Alves diz:

“A Educação a Distância, modalidade de educação efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, onde professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, está sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, Educação Superior e em cursos abertos, entre outros...” (ALVES, 2011)

A EAD vem crescendo muito no Brasil, tanto pela comodidade do aluno estudar em casa ou em outro local pela internet, como pelo valor menor que a gasto com a educação presencial, pois não se gasta por exemplo, com condução para chegar à sala de aula e alimentação, isto aliado a boa qualidade dos cursos que são ofertados. Por estes fatores, novos cursos na modalidade EAD vêm surgindo e o número de alunos matriculados neles aumentando:

“Em um contexto em que a informação estará totalmente acessível, instantaneamente disponibilizada e gratuitamente ofertada, o processo ensino-aprendizagem será profundamente afetado e a incorporação de novas tecnologias e a introdução de metodologias inovadoras serão a marca destes novos tempos. Muito além da simples modalidade, o ensino a distância representa a real possibilidade de conjugarmos quantidade com qualidade e é o prenúncio de um novo período de educação híbrida e flexível, em um mundo globalizado e literalmente sem fronteiras.” (MOTA, 2016)

Essa flexibilidade para acessar as matérias a serem estudadas a qualquer hora, é muito importante para os estudantes de EJA. Nas salas de aula desta modalidade de ensino, encontramos muitas pessoas que relatam que começaram a estudar no EJA tanto no ensino regular como nas salas de aulas dos projetos de alfabetização, mas não conseguiram concluir seus estudos pois chegavam atrasadas porque trabalhavam longe ou, tinham que deixar em ordem afazeres domésticos antes de irem para a sala de aula. Assim, sem o compromisso de estar por exemplo às 19:00 h na sala de aula, todos os dias da semana para ter acesso ao conteúdo a ser estudado, um aluno que “fique preso no trânsito” ou tenha um imprevisto, pode mais tarde acessar o conteúdo de seu curso.

A EAD ajudou a democratizar o acesso à educação superior no Brasil justamente por sua “flexibilidade sem perder qualidade”, tornando-se instrumento de inclusão social:

“...a metodologia da Educação a Distância possui uma relevância social muito importante, pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula, uma vez que a modalidade de Educação a Distância contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus municípios...” (Alves, 2011)

O fato de se poder estudar em casa, não pagando condução para se deslocar até uma escola ou sala de aula, também é um fator positivo, pois as pessoas menos escolarizadas são as que ganham menos e, todo dinheiro economizado é revertido para suprir gastos essenciais, como alimentação. Segundo matéria do portal G1 no ano de 2018:

“Ter um diploma de curso superior não é garantia de emprego, mas coloca o trabalhador em vantagem salarial cada vez maior. Um trabalhador com ensino superior completo recebe, em média, 5,7 vezes o rendimento de um brasileiro com até um ano de estudo. O aumento dessa disparidade é mais um dos efeitos perversos provocados pela crise econômica: os brasileiros que foram para a escola por menos tempo têm sido os mais prejudicados pela piora no mercado de trabalho.

Com a recessão e a lenta saída da crise econômica, os trabalhadores com menos escolarização foram os mais prejudicados pelo fechamento de postos de trabalho. No primeiro trimestre deste ano, a ocupação para os trabalhadores sem instrução ou com menos de um ano de ensino recuou 19,9% na comparação com o mesmo período de 2017.

Entre os brasileiros que concluíram o ensino médio, a ocupação cresceu 2% neste ano e, para os trabalhadores com ensino superior, o avanço foi de 5,3%.” (GERBELLI, 2019)

No ano de 2017, o governo por meio do Decreto nº 9.057, determinou que a educação a distância só pode ser oferecida na Educação Básica em situações emergenciais, como caso de doenças, viagens, privação de liberdade, etc.

DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAPÍTULO II

DA OFERTA DE CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 9º A oferta de ensino fundamental na modalidade a distância em situações emergenciais, previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, se refere a pessoas que:

I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial;

II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo;

III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial;

IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira;

V - estejam em situação de privação de liberdade; ou

VI - estejam matriculadas nos anos finais do ensino fundamental regular e estejam privadas da oferta de disciplinas obrigatórias do currículo escolar. (DECRETO Nº 9.057, 2017)

Em 20 de novembro de 2018, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) homologou novas diretrizes para a Educação Básica, conforme consta em sua página:

“O ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou, nesta terça-feira, 20, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Médio, conjunto de regras orientadoras da implementação da reforma desse nível da educação em todo o Brasil. O documento foi aprovado, no início deste mês, pela Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo e normativo do MEC.” (MEC, 2019)

Segundo essas novas diretrizes, foi limitado o uso da EAD em até 30% da carga horária para os cursos noturnos; 20% para os diurnos e até 80% para a EJA. Para poder implantar estas porcentagens do ensino EAD, é necessário que os conselhos estaduais de educação responsáveis pela formação dos currículos as aprovem.

A educação a distância pode agora ser usada na Educação Básica, para ajudar os jovens e adultos a conseguirem sua certificação de conclusão de estudos, com isso melhorando sua vida e a do país. Por meio de plataformas online, como acontece com a educação superior no Brasil, as matérias que compõem o Ensino Fundamental e Médio poderiam ser oferecidas com tutoria de professores especialistas de cada área. Essas matérias poderiam ser oferecidas tanto diretamente pelo governo, como por escolas particulares em acordos de cooperação firmados.

Apesar de o EAD ser muito importante na democratização do ensino, por fatores como ele ser mais barato que um curso presencial e, poder ser feito em local e horário de livre escolha, há outros aspectos que muito importantes que precisam ser considerados quando se pensa em oferecer esta modalidade de ensino para o EJA, como o fato de nem todos os cursos oferecidos no Brasil conseguirem desenvolver uma boa relação de ensino-aprendizagem, levando uma formação deficitária de quem participa destes cursos; o fato de haver no Brasil lugares onde o sinal de internet é “fraco e instável”, prejudicando o aluno acompanhar as matérias ofertadas e outros em que nem mesmo há internet. Somando a questão da “sinal de internet”, outra coisa que não pode ser esquecida é o acesso a computadores pois, por mais que estes aparelhos tenham se popularizado e os celulares hoje o substituírem em muitas tarefas, não são todas as pessoas que possuem um computador ou um celular que sirva para “estudo”.

Além da questão estrutural para que o EAD aconteça, há de se ponderar como será a interação do aluno de EJA com esta modalidade de ensino, pois eles podem não ter tanta familiaridade com o uso de computadores e, sentir muita dificuldade de navegar pelas plataformas de ensino, coisa que acontece mesmo com muitos alunos com mais ano de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um grande avanço para o país aceitar que parte da Educação Básica aconteça à distância, destinando uma porcentagem maior para a EJA, que pode chegar a 80% do conteúdo curricular se assim o Estado que o fornece o quiser. Com certeza, muitas pessoas que hoje não conseguem frequentar salas regulares de EJA, seja pela falta de vagas ou fatores como precisar conciliar horário de estudo e trabalho, agora conseguirão terminar seus estudos, adquirir seus diplomas de conclusão do Ensino Médio. Elas podem se sentir mais felizes e conseguirem melhores empregos, ganhando mais e consequentemente “gastando mais”, fazendo “girar” a economia do país. Portanto, cada pessoa que consegue estudar ou voltar a estudar, afeta positivamente não só a si mesma, mas todos os que estão a sua volta e o meio que a cerca.

Investir em educação é investir na melhoria do país. Já que as salas de EJA estão sendo fechadas, alguma alternativa deve ser dada à população que anseia por conhecimento e, por um mundo melhor que advém por meio dele. Tenho certeza que assim como o ensino a distância ajudou a democratizar o acesso ao Ensino Superior no país, esta liberação para se cursar boa parte do Ensino Médio online, vai fazer com que mais pessoas consigam concluí-lo.

Assim como o EAD no ensino superior encontra dificuldades como cursos com baixa qualidade de ensino e, alunos com dificuldade em navegar nas plataformas oferecidas, isso também deve acontecer no EAD a ser oferecido no EJA, talvez em forma até mais acentuada pois, será uma “nova empreitada” para quem oferecerá o ensino para este público e, um desafio para pessoas estiveram tão pouco tempo dentro de salas de aulas formais. Precisamos estar atentos para achar soluções quando estas dificuldades surgirem, para que não levem o aluno que uma vez foi “alijado” de seu direito de frequentar a escola na idade certa, a abandonarem seus estudos.

Vamos acompanhar como será o desempenho dos alunos do Ensino Médio fazendo uso da educação a distância. Se o aproveitamento for satisfatório, talvez ela possa ser implementada nos últimos anos do Ensino Fundamental para os alunos da EJA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFASOL. Disponível em: <<http://www.alfasol.org.br/>>. Acessado em: 18 mar. 2019.

ALVES, L. **Educação a distância:** Conceitos e história no Brasil e no mundo. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acessado em: 20 dez. 2017.

Antigo supletivo tem 370 mil alunos a menos em 2010: Especialistas procuram causas para queda no número de matrículas. Em São Paulo, diminuição chegou a 25% do total de alunos. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/antigo-supletivo-tem-370-mil-alunos-a-menos-em-2010/n1237991112917.html>>. Acessado em: 02 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 05 abr. 2019.

_____. **Decreto nº 9.057** de 25 de maio de 2017.

_____. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei Federal n. 8069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acessado em: 12 mai. 2019.

_____. Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acessado em: 12 maio. 2019.

BRASIL, W.L.; OSTERNE, M. S. F. Educação a distância e o educador do século XXI. In: **Revista Expressão Católica.** Rev. Expr. Catól.; v. 7, n. 2; Jul - Dez; 2018.

- CNE (Conselho Nacional de Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5061-parecercne-seb6-2010&Itemid=30192>. Acessado em: 01 mai. 2019.

- ENCCEJA. Disponível em: <<https://encceja2019.net.br/inscricao-encceja-2019/>>. Acessado em: 25 abr. 2019.

- INSTITUTO PAULO FREIRE: Projeto MOVA-Brasil. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/programas-e-projetos/projeto-mova-brasil>>. Acessado em: 03 abr. 2019.

- INSTITUTO CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO. Disponível em: <<https://www.cshg.com.br/site/publico/sobre/ihg.seam>>. Acessado em: 03 de abr. 2019).

MOTA, R. **Educação a distância: no começo estranha-se, depois, entranha-se!** Disponível em: <<https://reitoronline.ig.com.br/index.php/2016/05/13/educacao-a-distancia-no-comeco-estranha-se-depois-entranha-se/>>. Acessado em: 19 abr. 2019.

PORTAL G1. **Crise faz crescer diferença salarial por anos de estudo:** Renda de quem tem ensino superior é em média 5,7 vezes a de quem não estudou. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/11/crise-faz-crescer-diferenca-salarial-por-anos-de-estudo.ghtml>>. Acessado em: 16 mar. 2019.

PORTAL do MEC (Ministério da Educação e Cultura). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/71211-homologacao-das-diretrizes-curriculares-nacionais-pelo-ministro-comeca-a-mudar-o-ensino-medio?Itemid=164>>. Acessado em 08 mai. 2019.

RME (Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo). Matrículas abertas para Educação de Jovens e Adultos em escolas da Prefeitura. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Matriculas-abertas-para-Educacao-de-Jovens-e-Adultos-em-escolas-da-Prefeitura>>. Acessado em: 20 abr. 2019.



Ana Kátia de Souza Pessoa

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP. Pós-graduação em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal do Estado de São Paulo, UNIFESP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Prefeitura Municipal de São Paulo PMSP.





ORGANIZAÇÃO:

Andréia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Aline Lima Carvalho
Aline Lopes de Sousa Silva
Ana Kátia de Souza Pessoa
Bruno Fragoso Watanabe
Cibele Vieira dos Santos Alves
Eliane Cristina Bulgan Borges
Elisângela Oliveira Silva
Geni Santana Cardoso
Ilda Helena Domiciano Paukoski
Ismenia Maria Pires Vaz
Jonatas Hericos Isidro de Lima
Maria Dalva Lima de Sousa
Manuel F.da Silva e Delson da C. Miguel
Maria Goreth Bueti Nhuca
Marilene Pereira da Silva
Maura Antônia Lima
Patrícia Herminio da Silva
Silvana Trindade de Azevedo
Solange Alves Gomes Zaghi
Vânia Regina Dias dos Reis Silvas



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

